

Procedimento concursal comum para o preenchimento de três (3) postos de trabalho do mapa de pessoal da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.), na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Ref.ª 02/2020 — 1 lugar de Técnico Superior, área Financeira

Prova de Conhecimentos - Correção

1. Os atos administrativos estão sujeitos:

- a) A notificação aos interessados, na forma prevista na lei, e carecem de fundamentação expressa e acessível quando afetem direitos ou interesses legalmente protegidos. – n.º 3 do artigo 268.º da Constituição da República Portuguesa
- b) A notificação aos particulares, na forma prevista na lei, e carecem de fundamentação sobre as decisões adotadas e quaisquer outros elementos solicitados.
- c) A notificação aos interessados, na forma prevista na lei, bem como a quaisquer pessoas que tenham interesse legítimo no conhecimento dos elementos que pretendam, independentemente de despacho.
- d) A notificação aos particulares, na forma prevista na lei, e não carecem de fundamentação expressa e acessível quando afetem direitos ou interesses legalmente protegidos.

2. As informações prestadas pela Administração Pública:

- a) Responsabilizam-na quando forem de prestação obrigatória e sejam dadas por escrito.
- b) Responsabilizam-na quando sejam dadas por escrito, ainda que não sejam obrigatórias. – n.º 2 do artigo 11.º do Código de Procedimento Administrativo
- c) Nunca responsabilizam a Administração Pública, pois uma informação é, por natureza, não vinculativa.
- d) Responsabilizam sempre a Administração Pública.

3. Apresentado um requerimento a um órgão incompetente:
- Deve o mesmo ser recusado.
 - Deve ser remetido ao órgão titular da competência. – n.º 1 do artigo 41.º do Código de Procedimento Administrativo
 - Deve ser tramitado no órgão incompetente, se a pretensão for urgente.
 - Nenhuma das respostas anteriores está correta.
4. O orçamento dos órgãos ou serviços deve prever o seguinte encargo relativo aos trabalhadores:
- Encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento.
 - Encargos com alterações do posicionamento remuneratório.
 - Encargos relativos a prémios de desempenho.
 - Todas as respostas anteriores estão corretas. – n.º 1 do artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
5. A Divisão de Administração Geral e Financeira (AGF) da ANQEP, I.P.:
- Depende diretamente do Departamento Geral de Administração e, sem prejuízo de outras que lhe sejam especialmente cometidas, compete à AGF, especificamente, executar os serviços de contabilidade e tesouraria.
 - Depende diretamente do Conselho Diretivo e, sem prejuízo de outras que lhe sejam especialmente cometidas, compete à AGF, especificamente, gerir o arquivo documental e o expediente geral da ANQEP, I.P.. – al. m) do n.º 2 do artigo 1.º do Despacho de Criação das Unidades Orgânicas Flexíveis da ANQEP, I.P.
 - Depende diretamente do Departamento Geral de Administração e, sem prejuízo de outras que lhe sejam especialmente cometidas, compete à AGF, especificamente, garantir a existência de indicadores de gestão da rede de centros qualifica e o reporte regular da informação.
 - Depende diretamente do Conselho Diretivo e, sem prejuízo de outras que lhe sejam especialmente cometidas, compete à AGF, especificamente, processar

as remunerações e demais abonos e prestações complementares a que os trabalhadores tenham direito.

6. Nos termos da Lei Quadro dos Institutos Públicos, compete ao Conselho Diretivo:

- a) Aprovar os respetivos Estatutos.
- b) Aceitar doações, heranças ou legados. – al. e) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos
- c) Elaborar relatórios da sua ação fiscalizadora, incluindo um relatório anual global.
- d) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

7. Nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2020, os serviços públicos inscrevem no respetivo Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para 2020:

- a) Objetivos de boa gestão dos trabalhadores, designadamente nos domínios da segurança e da saúde no trabalho, da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e da motivação.
- b) As medidas previstas no programa «SIMPLEX» cuja responsabilidade de desenvolvimento e implementação lhes esteja atribuída.
- c) A avaliação pelos cidadãos, em particular nos serviços que tenham atendimento público ou prestem serviço direto a cidadãos e empresas.
- d) Todas as respostas anteriores estão corretas. – n.º 1 do artigo 25.º da Lei do Orçamento de Estado para 2020

8. O Orçamento do Estado é unitário e compreende:

- a) Todas as receitas e despesas dos serviços integrados, dos serviços e fundos autónomos e do sistema de segurança social. – n.º 1 do artigo 5.º da Lei de Enquadramento Orçamental
- b) Todas as receitas e despesas das administrações, incluindo as de todos os seus serviços e fundos autónomos.
- c) Todas as receitas e despesas dos serviços integrados e o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais.
- d) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

9. Sem prejuízo da sua especificação de acordo com as classificações orgânica, funcional e económica, as despesas inscritas nos orçamentos que integram o Orçamento do Estado, nos termos previstos na Lei de Enquadramento Orçamental, estruturam-se por:

- a) Medidas.
- b) Programas. – n.º 1 do artigo 18.º da Lei de Enquadramento Orçamental
- c) Atividades.
- d) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

10. Para efeitos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), «passivos» são:

- a) As obrigações presentes da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. – al. c) do artigo 3.º da LCPA
- b) As contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.
- c) As obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.
- d) O subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis.

11. A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) determina que, em regra, as entidades não podem assumir compromissos para além do valor de fundos disponíveis que detenham. Assim sendo, qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- a) As entidades podem assumir compromissos acima do limite de fundos disponíveis, desde que autorizada a antecipação de fundos disponíveis que cobrem o valor a comprometer, por despacho do Ministro das Finanças. – al. a) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA
- b) As entidades podem assumir compromissos acima das dotações orçamentais disponíveis, por despacho do Ministro das Finanças.
- c) As entidades podem assumir compromissos acima do limite de fundos disponíveis, desde que o financiamento seja coberto por receitas próprias.

- d) As entidades podem assumir compromissos acima do limite de fundos disponíveis, desde que o financiamento seja coberto por fundos europeus.
- 12.** Não são consideradas como receitas próprias dos serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira:
- a) As resultantes de transferências correntes e de capital do Orçamento do Estado.
 - b) As resultantes de transferências correntes e de capital dos orçamentos da Segurança Social.
 - c) As resultantes de transferências correntes e de capital do orçamento das Comunidades Europeias.
 - d) **Todas as respostas anteriores estão corretas. – n.º 5 do artigo 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública**
- 13.** A fiscalização da gestão orçamental dos serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira é efetuada através de um sistema de controlo sistemático:
- a) Preventivo.
 - b) Simultâneo.
 - c) **Sucessivo. – n.º 1 do artigo 11.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública**
 - d) Posterior.
- 14.** Estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas:
- a) Os contratos de arrendamento, bem como os de fornecimento de água, gás e eletricidade ou celebrados com empresas de limpeza, de segurança de instalações e de assistência técnica.
 - b) Os atos ou contratos que, no âmbito de empreitadas de obras públicas já visadas, titulem a execução de trabalhos a mais ou de suprimento de erros e omissões.
 - c) Os contratos destinados a estabelecer condições de recuperação de créditos do Estado.
 - d) **Os atos ou contratos que formalizem modificações objetivas a contratos visados e que impliquem um agravamento dos respetivos encargos financeiros ou responsabilidades financeiras. – al. d) n.º 1 do artigo 46.º Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas**

15. O Tribunal de Contas pode aplicar multas:

- a) Pela falta de efetivação ou retenção indevida dos descontos legalmente obrigatórios a efetuar ao pessoal.
- b) Pela remessa intempestiva e injustificada das contas ao Tribunal.
- c) Pela falta injustificada de prestação de informações pedidas, de remessa de documentos solicitados ou de comparência para a prestação de declarações.
- d) **Todas as respostas anteriores estão corretas. – al. c) do n.º 1 do artigo 65.º e al. a) e c) do n.º 1 do artigo 66.º Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas**

16. Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística em Portugal, a Contabilidade passou a basear-se mais em princípios do que em regras. Esta asserção resulta em grande parte da existência de uma estrutura conceptual que aborda os elementos estruturantes do sistema contabilístico, nomeadamente identificando as características qualitativas da informação financeira. Assim, são consideradas como características principais:

- a) Tempestividade, representação fidedigna, relevância e comparabilidade.
- b) Relevância, materialidade, fiabilidade e compreensibilidade.
- c) **Compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade. – n.º 46 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas**
- d) Neutralidade, plenitude, tempestividade e materialidade.

17. As alterações orçamentais, como operações da contabilidade orçamental, configuram-se na regulamentação da NCP 26, como ajustamentos às previsões da receita e às dotações da despesa, com vista à realização de receitas e despesas inadiáveis e não previstas ou com insuficiência orçamental. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial.

A alteração orçamental por crédito especial corresponde:

- a) **A um incremento do orçamento de despesa com compensação no aumento da receita cobrada. – ponto 3 da NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas**
- b) À integração de uma natureza de receita ou despesa não prevista no orçamento ou o incremento de uma previsão de receita ou dotação de despesa.

- c) A um incremento do orçamento de despesa, em adição aos créditos ordinários.
- d) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

18. O código de classificação económica das despesas públicas procede à sua especificação por:

- a) Capítulos, grupos e artigos.
- b) Capítulos, divisões e subdivisões.
- c) Agrupamentos, subagrupamentos e rubricas. – n.º 3 do artigo 3.º do Regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas
- d) Agrupamentos, divisões e subdivisões.

19. A classificação económica da despesa 01.01.03 diz respeito a despesas com remunerações de:

- a) «Órgãos sociais».
- b) «Pessoal dos quadros - regime de função pública». – ANEXOS II e III (Despesas correntes) do Regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas
- c) «Pessoal contratado a termo».
- d) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

20. O DUC constitui um elemento fundamental na gestão da tesouraria do Estado na perspetiva da entrada de fundos. A sigla DUC significa:

- a) Documento Único do Contribuinte.
- b) Documento Único de Cobrança. - Regulamento do Documento Único de Cobrança
- c) Documento Único Contabilístico.
- d) Documento Único de Controlo.

A Presidente do Júri

Maria Alexandrina Águas